

2005

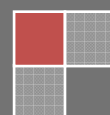
# Prefácio

*A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950*, de Gonçalo Duro dos Santos, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp 13-18

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2005



## PREFÁCIO

O presente ensaio vem preencher uma lacuna na História da Antropologia portuguesa, abordando a escola de Antropologia de Coimbra, desde a sua fundação em finais do século XIX por Bernardino Machado, sob inspiração do médico e antropólogo Ferraz de Macedo, até à primeira metade do século XX, período em que foi consolidada pelo antropobiólogo Eusébio Tamagnini. Dadas as conexões formais entre o período tardio desta escola e o regime do Estado Novo, Gonçalo Duro dos Santos constroi este caso histórico-etnográfico como ideal para responder a uma questão central na antropologia e sociologia da ciência: o que significa seguir uma regra na esfera científica?

Em trabalho anterior (1996), Gonçalo Duro dos Santos procedeu a uma análise discursiva profunda da produção científica de Eusébio Tamagnini. Reconhece, agora, «as limitações próprias do paradigma semiológico e das suas arbitrariedades interpretativas e excessos literários». O presente ensaio é, assim, uma tentativa não de “correção”, mas de “continuação”, no sentido de proceder a uma análise de cariz histórico e sociológico, propondo-se «ultrapassar o construtivismo radical do trabalho anterior». O autor partilha, assim, não só de um crescente interesse pela sociologia da ciência e pelos “estudos de ciência”, como se situa nos debates contemporâneos que discutem a necessidade de pôr em diálogo o desconstrutivismo com um certo regresso às contextualizações históricas e sociológicas da produção do conhecimento.

Desta feita, e com base no aprofundamento e alargamento da pesquisa histórica e científica, bem como de uma inovadora pesquisa biográfica, o autor deseja «delimitar os contornos gerais do princípio subjacente ao trabalho de Tamagnini e seus colaboradores em Coimbra reconstruindo a sua ‘problemática’, o ‘espaço dos possíveis’, e o ‘efeito de campo’ específico que lhe dá forma». Esta opção está em consonância com tendências mais vastas na Antropologia e nas ciências sociais; para o autor, «da mesma forma que o objecto de estudo de uma ciência social sensível à clarificação da ‘lógica dos campos’ não é o indivíduo ou a família, ou a linhagem, ou a aldeia, etc., o objecto de estudo de uma sociologia da ciência realista não é o sábio, ou o laboratório ou a disciplina mas o seu ‘campo’».

Assim, assiste-se neste ensaio a um duplo movimento. Por um lado, não aborda os textos científicos como absolutamente autónomos, nem, por outro, os reduz à contextualização social, política, cultural e/ou económica. Em suma, e numa frase que vai ecoando os contributos teóricos de Pierre Bourdieu ao longo do ensaio, Gonçalo Duro dos Santos aborda «a forma como o trabalho de Tamagnini (...) não é senão a sublimação científica dos mesmos princípios políticos e éticos que determinam a sua adesão ao salazarismo». Essa sublimação seria imposta por uma ‘censura específica’, a saber, «a relação entre o espaço dos possíveis e o *habitus* do agente em questão».

A este posicionamento, acresce a pergunta inspirada em Wittgenstein que dá o título ao ensaio: «O que significa o facto de seguir uma regra?». Para o autor é fundamental explicitar que a convergência entre o método científico e o programa político-religioso do regime salazarista não resulta de uma adesão consciente e voluntária por parte de Tamagnini, ou sequer da pura rotina das práticas científicas de então, mas sim do «deixa[r-se] levar por um sentido do jogo científico que se adquire pela experiência prolongada [desse mesmo jogo científico] no contexto histórico-etnográfico em questão, com as suas regularidades bem como com as suas regras...»

Desta feita, e por comparação com o ensaio de 1996, Tamagnini surge inserido no contexto mais vasto da produção antropológica portuguesa que vai dos finais do século XIX até à consolidação do colonialismo português em África em meados do

século XX. Este contexto, de marcadas intersecções (e confusões) entre as antropologias biológica, física e social, abarca as escolas de Coimbra e Porto, as práticas científicas europeias e internacionais, e as complicadas relações ente a produção científica, o regime totalitário, o seu projecto político-cultural enfatizador da especificidade da população e história nacionais e suas articulações com o projecto colonial.

Esta ambiciosa abrangência da análise resulta, também, na capacidade para uma discussão franca com outras visões contemporâneas da história da antropologia em Portugal. Assim, Gonçalo Duro dos Santos propõe a existência de «...uma certa tendência amnésica no estado-da-arte do estudo da história da antropologia em Portugal [referindo-se a Jorge Freitas Branco, João Pina-Cabral e João Leal] para projectar teleologicamente no material histórico em questão a (...) separação hierárquica pós-durkheimiana ou pós-boasiana entre o ‘estudo dos factos sociais/culturais’ e o ‘estudo dos factos naturais’, e para, por conseguinte, não apenas não dar conta da existência em Portugal desde finais do século XIX de todo um conjunto de importantes reflexões antropológicas evolucionistas na variante naturalista mas também reduzir o avant-guardismo na história da actividade antropológica em Portugal a trabalhos desenvolvidos na sua variante histórica».

Não compete, naturalmente, ao prefaciador, contribuir para esta possível discussão ou, sequer, nela tomar partido. Mas compete-lhe saudar o surgimento do debate, facto que denota a leitura e estudo dos contributos dos pares, coisa rara no nosso meio científico. E não deixa de ser refrescantemente provocadora a pergunta que o autor lança a determinado momento: «Não é de todo evidente, por exemplo, porque é que a via aberta pelo estudo empírico da ‘distribuição de índices nasais’ numa dada área geográfica [uma das pesquisas de Tamagnini] é menos importante ou renovadora cientificamente do que a via aberta pelo estudo empírico da ‘distribuição de arados’ numa dada área geográfica...[um dos clássicos trabalhos de Jorde Dias] (...)». A razão por que o autor lança esta questão provocatória prende-se com a sua postura em relação à abordagem histórico-sociológica da produção científica: «o que em última instância torna um empreendimento científico interessante e renovador é a qualidade dos seus dados empíricos e da sua argumentação vistos no espaço dos possíveis (na censura específica que este exerce) do contexto histórico-social do campo científico que produz e que o produziu».

Significa isto uma ruptura com um consenso estabelecido em torno das supostas correspondências entre antropologia biológica e física e conservadorismo, por um lado, e antropologia sócio-cultural e progressivismo, por outro? Ou entre, por um lado, determinismo biológico e conservadorismo e, por outro, determinismo social e liberalismo? E, no caso português, entre a marca do salazarismo na produção científica virada para a identidade nacional e o colonialismo racista, por um lado, e a marca humanista, universalista que se teria esboçado a partir de Jorge Dias e consolidado no pós-1974, por outro? Ao leitor ou à leitora caberá fazer esse juízo.

Para Gonçalo Duro dos Santos, as linhas de pesquisa desenvolvidas desde finais do século XIX em Coimbra denotam um esforço de classificação comparada das populações humanas, no quadro de uma ‘história natural do homem’ à escala familiar do ‘mundo português’, esforço esse iniciado por Bernardino Machado e de que foi ideólogo Tamagnini. Duro dos Santos refere como o positivismo francês sofreu uma recontextualização na escola de Coimbra, onde o «evolucionismo pessimista» mas universalista de Comte teria sido reconfigurado na forma de um evolucionismo pessimista feito à escala nacional. O resultado teria sido o isolamento da população portuguesa, do ‘mundo português’ e do império português da humanidade universal.

É aqui também que o autor traz mais um contributo para a discussão em torno da ausência aparente de uma antropologia colonial num país colonizador: «...vemos que a resposta antropológica à questão do não desenvolvimento de uma tradição colonial e universalista de antropologia em Portugal passa pois por uma resposta antropológica à hegemonia de uma teoria de história pessimista (nas suas variantes saudosista e proteccionista) nas reflexões antropológicas em Portugal e à invisibilidade ideológica em Portugal de reflexões antropológicas fazendo uso de uma teoria da história mais optimista, que reprima menos pelo fascínio social com o poder da degeneração social do que pelo fascínio social com o poder da construção social». Para ele, este estado de coisas denotaria um modo de produção social e económico específico, relacionado com a instituição e a ideologia católicas e com o fenómeno de expansão e colonização político-económica.

De facto – mas esta é estritamente uma extrapolação da responsabilidade do prefaciador – poderia dizer-se que este ensaio contribui para lançar a hipótese de ter havido uma antropologia colonial *by proxy*, produzida por uma antropologia nacional. Isto é, até que ponto as definições quase obsessivas da identidade nacional por parte das humanidades em Portugal, e o desejo (patente, por exemplo, nas escolas do Porto e Coimbra) de comprovar uma especificidade portuguesa estabelecadora de uma diferença com os colonizados, não foram os pre-requisitos para um olhar sobre o colonizado? E, por isso mesmo, já constitutivo do colonial? O triunfo (garantido pelo esforço político e por um assinalável desvio da aplicabilidade contextual das teses de Freyre) da versão portuguesa oficial do luso-tropicalismo (um paradoxal humanismo promovido por uma ditadura) parece indicar isso mesmo a partir da década de cinquenta, pois esse triunfo deu-se graças à remissão para a “sombra” das produções coimbrãs e portuenses.

A produção científica quer da escola de Coimbra quer da escola do Porto foram contemporâneas de duas correntes político-culturais centrais na história do Portugal moderno: a que pretendia definir a especificidade e originalidade da população e história portuguesas, e a que pretendia estabelecer linhas de actuação para lançar um projecto colonial, para o qual era necessário definir fronteiras e limites nas classificações raciais e culturais e nas capacidades cívicas e políticas de pessoas e populações. Tal foi feito no quadro de um regime totalitário de inspiração tradicional católica. Enquanto o quadro científico internacional o permitiu, a produção científica nacional esteve em consonância com os vários matizes evolucionistas e positivistas associados aos elementos nacionalistas e racistas da forma de entender a diversidade humana, tanto mais enquanto o quadro político europeu se manteve como um quadro colonialista. As fragilidades específicas do projecto colonial português, o seu prolongamento para lá das tendências internacionais, e a sua configuração num regime político totalitário, não terão permitido o crescimento de uma antropologia colonial como noutras nações europeias.

Mas o mundo – e o ‘campo’ – de que Gonçalo Duro dos Santos é ainda outro: o da definição de uma identidade nacional face aos desafios coloniais de equacionar diferença e/ou desigualdade.

Miguel Vale de Almeida  
Antropólogo  
ISCTE e CEAS